

Ulysses não interfere na ordem das votações

BRASÍLIA — O Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, afirmou que depende da vontade política das lideranças partidárias e da solução de embaraços regimentais a alteração da ordem das votações da Constituinte, de modo que o sistema de governo e o mandato do Presidente Sarney sejam votados primeiramente.

Favorável à tese, Ulysses lembrou que fez esta proposta no início do funcionamento da Comissão de Sistematização, mas a idéia não foi aceita. Agora, o Deputado considera importante uma definição da Constituinte sobre os dois temas, argumentando que "o eleitor quer saber se vai votar para Presidente este ano e os partidos têm de se preparar para a campanha eleitoral".

O autor da idéia de antecipar a votação do sistema de governo e do mandato do Presidente da República, o Senador José Richa (PMDB-PR), desistiu de formalizar a proposta, depois de constatar resistências e obstáculos regimentais.

Para Ulysses, ainda não é clara a tendência da Constituinte quanto ao mandato de Sarney — ao contrário da população, na qual diz observar o desejo de eleições este ano —, até porque muitos constituintes estão mudando seus votos. Ele reconhece, entretanto, que as mudanças vêm favorecendo os quatro anos. Também não vê possibilidade de as eleições municipais — e as presidenciais, se assim for decidido — deste ano, serem inviabilizadas por eventuais atrasos na promulgação da Carta.

Falta de quórum impede a votação sobre regimento

BRASÍLIA — Sem quórum — a lista de presença registrava 175 constituintes, quando é necessário o comparecimento de 280 —, a primeira sessão do ano da Constituinte não pôde votar, ontem, o requerimento do Líder do PFL, Deputado José Lourenço (BA), pedindo a apreciação em bloco dos destaques, que visam a alterar o regimento interno.

Para o autor do requerimento, como os destaques para a votação do regimento são do PT e PDT, os dois partidos é que deveriam ter conseguido o comparecimento em número adequado de parlamentares.

O Líder do PFL aproveitou ainda para culpar a esquerda pelo atraso na votação do projeto de Constituição. Para ele, o Centrão está representando a vontade do eleitorado brasileiro, que não aceita radicalizações.

Na Sistematização, segundo José Lourenço, prevalecia a vontade pessoal das lideranças partidárias, que indicavam os integrantes da comissão. Mas agora, ressaltou, todo o plenário participa do processo de elaboração da próxima carta.

O Líder do PDC, Deputado Siqueira Campos (GO), afirmou que não há motivo para as críticas que a esquerda vem fazendo ao Centrão. Para ele, até mesmo os "progressistas" ficarão satisfeitos com a qualidade técnica e política das emendas ao projeto de Constituição, apresentadas pelo Centrão.

Este não foi, no entanto, o pensamento da maioria dos constituintes que discursou ontem, quando as crí-

ticas ao Centrão dominaram a sessão. O Deputado Ruy Nedel (PMDB-RS) afirmou que os integrantes do grupo representam apenas 30,4% dos votos que elegeram os membros da Assembléia Nacional Constituinte. Por isso, segundo ele, os parlamentares do grupo não poderiam dizer que representam a maioria da Nação.

Por sua vez, o Deputado Amaury Müller (PDT-RS) afirmou que a população está à beira da revolta, provocada pelo elevado custo de vida e pelas ameaças de aprovação de um texto constitucional que não contemple as conquistas sociais tão esperadas.

O Deputado José Genoíno (PT-SP) lembrou que foram completados 44 dias desde a aprovação, pela Comissão de Sistematização, do projeto de Constituição. Culpou o Centrão, dizendo que foi o grupo que começou a discutir as questões do regimento interno e provocou o adiamento da elaboração da Carta.

Com relação ao policiamento, o que está sendo feito pela Polícia Militar na área externa do Congresso deverá se tornar permanente, não se limitando ao período da Constituinte.

A fórmula é vista pelo Diretor Geral da Câmara, Ademar Sabino, como a que melhor atende à deficiência de pessoal de segurança da Casa. Ele argumenta que o custo elevado inviabiliza a realização de um concurso público para aumentar o atual quadro de 200 homens.

Centrão altera modo de recolher assinaturas

BRASÍLIA — A burocracia e possíveis desdobramentos políticos, fizeram o Secretário Geral do Centrão, Deputado Basílio Vilani, desistir da idéia de ter uma sala, no anexo II da Câmara dos Deputados. Na falta da sala, mudou também a estratégia de coleta de assinaturas para as emendas, que agora será feita através dos líderes de bancadas estaduais.

Enquanto Vilani desistia, o articulador do Centrão, Deputado Daso Coimbra, ainda tentava, ontem à noite, uma última conversa com o Presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, na tentativa de conseguir a sala, requerida em nome do PFL antes do recesso da Constituinte. Coimbra alegava um motivo pessoal para sua persistência:

— O que vai acabar acontecendo é que o grupo continuará se reunindo na minha sala, o que pode gerar ciúmes em pessoas que alegam que eu quero aparecer — argumentou.

Mas a nova estratégia de coleta de assinaturas através dos líderes das bancadas estaduais era até mesmo considerada mais eficiente por Vilani:

— Tem gente que não vem mesmo a Brasília. Então, o que nós vamos fazer é tirar 23 cópias de cada uma das nove emendas e responsabilizar os líderes de bancada. Eles que recolham as assinaturas da forma que acharem mais conveniente.

Hoje o "Centrinho" terá a primeira reunião com representantes do Centrão a fim de encontrar propostas consensuais para a votação das matérias mais polêmicas pelo Plenário da Constituinte.

Lucena pede empenho para votação do pacote

BRASÍLIA — O Presidente do Congresso Nacional, Senador Humberto Lucena (PMDB-PB), afirmou ontem que somente com o empenho de todas as lideranças partidárias será possível votar, ainda este mês, os decretos-leis referentes ao pacote fiscal do Governo. Segundo ele, o cronograma da Assembléia Nacional Constituinte dificulta a programação de sessões do Congresso. E preciso, acrescenta Lucena, haver um esforço no sentido de colocar em plenário pelo menos 240 deputados e 37 senadores.

— O problema é a necessidade de se colocar em plenário a metade dos parlamentares mais um. Além disso, não é fá-

cil votar matéria dessa natureza com a Constituinte funcionando. Mas não é impossível, desde que as lideranças se empenhem — declarou.

O Senador salientou que "a prioridade do Legislativo é a Constituinte". Ele disse que está esperando o cronograma dos trabalhos para ver se, aproveitando os horários livres, marca já para esta semana pelo menos uma sessão destinada à leitura dos decretos referentes ao pacote.

Apesar de estarem no fim de uma fila de 55 decretos-leis que aguardam leitura no Congresso, as matérias relativas ao pacote — como o reajuste da tabela progressiva do Imposto de Renda em 250% — se-

rão lidas antes das demais. Lucena explicou que isto se dará porque a autoconvocação extraordinária do Congresso foi feita para a apreciação das medidas.

Pelo regimento da Casa, depois de lidos os decretos em plenário serão designados um ou mais relatores para apresentar um parecer num prazo de 20 dias. Após essa fase, as matérias aguardarão inclusão na ordem do dia, para que sejam votadas. Se, transcorridos 60 dias da leitura em plenário, as matérias não tiverem sido apreciadas, será necessário fazê-lo em dez sessões consecutivas, caso contrário a aprovação das mesmas se dará por decurso de prazo.